

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**REFLEXOS DA CRISE DE 2008 NA CONDUÇÃO DA POLÍTICA
COMERCIAL BRASILEIRA:**

Uma breve avaliação do período 1990 a 2011

Paula Gomes da Costa Simas

No. Matrícula: 0911341

Orientadora: Eliane Gottlieb

Julho/2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**REFLEXOS DA CRISE DE 2008 NA CONDUÇÃO DA POLÍTICA
COMERCIAL BRASILEIRA:**

Uma breve avaliação do período 1990 a 2011

Paula Gomes da Costa Simas

No. Matrícula: 0911341

Orientadora: Eliane Gottlieb

Julho/2013

"Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor."

Paula Gomes da Costa Simas

"As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor"

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao meu pai Eduardo, por sempre ter sido meu maior incentivador, à minha mãe Sandra, pela infinita dedicação e à minha irmã Flavia, pela cumplicidade e exemplo de determinação. Obrigada pelo amor e amizade de sempre. Obrigada por fazerem meus dias mais felizes.

Gostaria de fazer um agradecimento especial à minha orientadora Eliane Gottlieb, por todos os seus ensinamentos e toda a atenção durante o desenvolvimento deste trabalho.

SUMÁRIO

I. Introdução	6
II. Comércio Internacional	9
II.1 Cenário Mundial e os principais agentes em 2011	
II.2 O papel do Brasil no comércio mundial	
II.3 O comércio internacional e os fluxos brasileiros antes e após a crise de 2008	
III. Políticas de Comércio Internacional	23
III.1 Principais instrumentos de Política de Comércio Internacional	
III.2 O Brasil no Mercosul – breve histórico	
III.3 Multilateralismo vs Acordos Preferenciais - e o posicionamento do Brasil	
III.4 Análise das políticas adotadas pelo Brasil de 1990 a 2008	
IV. A crise de 2008 e o reflexo nas políticas comerciais	38
IV.1 Breve análise da crise do <i>subprime</i>	
IV.2 Efeitos da crise de 2008 na regulação do comércio internacional	
IV.3 Análise das políticas comerciais adotadas no período pós crise	
V. Conclusão	45
VI. Fontes de Dados	48
VII. Referências Bibliográficas	49

GRÁFICOS:

Gráfico 01: Estrutura das exportações brasileiras em 2005

Gráfico 02: Estrutura das exportações brasileiras em 2011

Gráfico 03: Estrutura das importações Brasileiras em 2005

Gráfico 04: Estrutura das importações Brasileiras em 2011

Gráfico 05: Evolução das exportações mundiais de 1990 a 2011

Gráfico 06: Variação das exportações mundiais de 1990 a 2011

Gráfico 07: Exportações brasileiras nos anos que antecederam a crise - 2006

Gráfico 08: Exportações brasileiras nos anos que antecederam a crise - 2007

Gráfico 09: Exportações Brasileiras nos anos que sucederam a crise - 2009

Gráfico 10: Exportações Brasileiras nos anos que sucederam a crise – 2010

Gráfico 11: Grau de abertura da economia de 1990 a 2008

Gráfico 12: Exportações e importações de 1990 a 2008 – em US\$ bilhões

Gráfico 13: Saldo da Balança Comercial de 1994 a 2002 – em US\$ bilhões

Gráfico 14: Saldo da Balança Comercial de 2002 a 2008 – em US\$ bilhões

TABELAS:

Tabela 01: Evolução do comércio exterior brasileiro 1990 a 2011

Tabela 02: Exportações brasileiras por destino – em US\$ milhões

Tabela 03: Exportações brasileiras por grupos de produtos – em US\$ milhões

Tabela 04: Exportações brasileiras por destino e por grupo de produtos

Tabela 05: Evolução do comércio brasileiro com os demais países do Mercosul

Tabela 06: Acordos preferenciais de comércio do Brasil com países fora da Am. do Sul

Tabela 07: Exportações/PIB e Importações/PIB – em US\$ bilhões

Tabela 08: Balanço de pagamentos em transações correntes – em US\$ bilhões

I. Introdução

O Brasil adotou, ao longo da história, políticas comerciais distintas de acordo com as dificuldades e facilidades que o país enfrentava, e os momentos que o mundo vivenciava. Durante a década de 90, o Governo Collor iniciou e depois o Governo de Fernando Henrique Cardoso ampliou o processo de abertura comercial e financeira, estimulando as importações, e alterando a forma de participação do Brasil no comércio internacional. Durante o Governo Lula, as políticas comerciais com maior destaque foram as de incentivo às exportações, sendo intensificadas no período pós-crise.

A conjuntura na qual um país está inserido é resultado da interação de fatores internos e externos, que vão se modificando ao longo do tempo. Sendo assim, a política comercial adotada por um país também é condicionada por estes mesmos fatores. Dentre os fatores externos destacamos aqueles que são fruto de negociações multilaterais ou regionais que o Brasil esteja envolvido, e aqueles que são fruto de negociações que envolvem importantes parceiros comerciais do Brasil, e o afeta mesmo que indiretamente. Como fatores internos destacamos a economia política de proteção, assim como aspectos macroeconômicos e estruturais.¹

A crise econômica e financeira de 2008 impactou diretamente no comércio internacional, e o mundo sofreu uma redução significativa nos fluxos de exportação e importação. Atualmente ainda há incertezas sobre as consequências dessa crise para o mundo em diversos aspectos. Apesar de ainda ser difícil quantificar seus frutos, já é possível identificar os efeitos em termos de abertura comercial e movimentos de liberalização no mundo.

A crise também impactou sobre a taxa de câmbio brasileira, que sofreu uma grande desvalorização, e a aversão ao risco gerou uma fuga de recursos, causando a queda na bolsa de negócios. A economia brasileira ainda enfrentou o encarecimento dos financiamentos e uma significativa diminuição do crédito, dado que as instituições financeiras viviam momentos de desconfiança.

¹ ABREU, Marcelo de Paiva. “Política Comercial Brasileira: Limites e Oportunidades”

Este trabalho busca analisar as políticas comerciais adotadas e o grau de abertura comercial do Brasil, desde a década de 90, período de liberalização comercial, até os dias atuais, com ênfase na análise dos resultados antes e após a crise de 2008. A metodologia da análise envolve aspectos históricos e teóricos.

Dado a magnitude dos efeitos da crise de 2008 para o mundo, o objetivo deste estudo consiste em analisar se a crise de 2008 gerou alterações na política comercial adotada e verificar como interferiu na abertura comercial do país. De uma forma mais objetiva, procura-se fazer uma análise comparativa entre os períodos anterior e posterior a 2008 destacando as políticas vigentes.

Além da política comercial, a política cambial adotada também influencia os fluxos de comércio internacional, uma vez que o câmbio interfere diretamente nas exportações e importações. Sendo assim, muitas vezes é difícil separar a política comercial da cambial e por isso em alguns momentos esta também será descrita.

No mundo atual, totalmente conectado, a abertura comercial é uma importante medida, e diz muito sobre o país em questão. Durante este trabalho o modelo usado para medir o grau de abertura do país ao longo dos anos será a participação dos fluxos de comércio (importação + exportação) no PIB. O saldo da balança comercial que corresponde às exportações menos as importações também será usado em muitos momentos para analisar o cenário do país, os impactos da crise, e as medidas adotadas. A balança comercial está inserida no balanço de pagamentos e possui grande peso dentro deste. Sendo assim, o saldo do balanço de pagamentos também será utilizado durante a análise.

Nesta perspectiva histórica e teórica, o estudo do tema proposto, após esta Introdução, compreende ainda os seguintes tópicos:

Na primeira seção serão analisados os principais agentes do comércio internacional e as principais relações comerciais em 2011. Também será abordada a participação do Brasil no comércio mundial. Por fim, serão analisados os fluxos comerciais brasileiros nos períodos pré e pós crise de 2008.

Na segunda seção serão destacados os principais instrumentos de políticas comerciais e seus efeitos, assim como as principais práticas adotadas no comércio internacional. Também será descrita a participação do Brasil e sua atividade dentro do Mercosul, e seu posicionamento diante da polêmica questão do multilateralismo versus acordos preferenciais. Por fim, serão descritas as políticas comerciais adotadas desde a liberalização comercial dos anos 90 até os meses que antecederam a crise de 2008.

A terceira seção será iniciada com um breve histórico da crise de 2008, os motivos que levaram a sua eclosão e seu desenvolvimento. Também serão abordados os efeitos da crise sobre a regulação do comércio internacional e as políticas comerciais adotadas pelo Brasil no período pós crise.

Na quarta e última seção será feita uma comparação entre as políticas comerciais adotadas pelo Brasil e o grau de abertura da economia do país nos períodos pré e pós crise. Com esta comparação espera-se concluir se os efeitos da crise de 2008 geraram mudanças nas políticas comerciais adotadas no Brasil.

II. Comércio Internacional

II.1 Cenário Mundial e os principais agentes em 2011

Em 2011 o volume das exportações mundiais cresceu 5%. A exportação de produtos agrícolas cresceu 4%, de combustíveis e produtos minerais 1,5% e de manufaturas 6,5%. Os dez principais participantes do comércio representaram pouco mais da metade do comércio total do mundo e a América do Norte e Europa representaram 50% das exportações mundiais.

O comércio entre as regiões continuou forte na América do Norte, Europa e Ásia. A Europa teve o mais alto nível de comércio intra-regional, com 71% de suas exportações permanecendo na Europa em 2011. Um total de 53% do comércio asiático é exportado para países asiáticos, enquanto cerca de 48% das exportações da América do Norte são para os membros do NAFTA. Na América do Sul e Central, 27% das exportações foram para outros países da região, enquanto na Comunidade dos Estados Independentes (CEI), na África e no Oriente Médio, os totais foram de 20%, 13% e 9%, respectivamente.

Os Estados Unidos continuam a ser o maior participante do comércio mundial. Em 2011 o país foi o maior importador, tendo sido responsável por 12,3% do total das importações mundiais, seguido da China e Alemanha, que foram responsáveis por 9,5% e 6,8% respectivamente. Os três países também são líderes das exportações mundiais, sendo a China responsável por 10,7%, EUA por 8,3% e Alemanha também por 8,3%.

O comércio mundial cresceu significativamente nas últimas décadas. Em 1993 este somava US\$ 3.676 bilhões, em 2003 já somava US\$ 7.377 bilhões e em 2011 totalizou US\$ 17.816 bilhões. Quando comparamos o *share* das exportações e importações dos líderes do comércio mundial, fica evidente que seguem uma tendência, seja de aumento ou redução, ao longo dos anos.

As exportações dos EUA representavam 12,6% das exportações totais em 1993, passaram para 9,8% em 2003, e em 2011 representavam 8,3% como já mencionado acima, mostrando um movimento de queda. A Alemanha era responsável por 10,3% das

exportações mundiais em 1993, mantendo-se em 10,2% em 2003. Em 2011 porém o *share* somava 8,3%. As exportações da Europa de uma forma geral apresentaram uma tendência de queda. Em 2003, 45,9% das exportações mundiais eram originadas na Europa, enquanto em 2011 o continente era responsável por 37,1%.

Em contrapartida, a China apresentou um aumento significativo das suas exportações. Em 1993 o país era responsável por 2,5% das exportações mundiais, em 2003 por 5,9% e em 2011 chegando a 10,7%.

As importações dos principais participantes do comércio internacional também seguem uma tendência. O *share* das importações americanas era de 15,9% em 1993, passou para 16,9% em 2003, e em 2011 correspondia a 12,5%. Assim como as exportações americanas, as importações também apresentam uma redução na participação mundial quando comparamos dados de 2003 com 2011. O *share* das importações alemãs foi de 9,0% em 1993, 7,9% em 2003 e 6,9% em 2011.

As importações chinesas, assim como suas exportações, apresentaram uma tendência de crescimento ao longo dos anos. O país foi responsável por 2,7% das importações mundiais em 1993, 5,4% em 2003 e 9,7% em 2011.

II.2 O papel do Brasil no comércio mundial

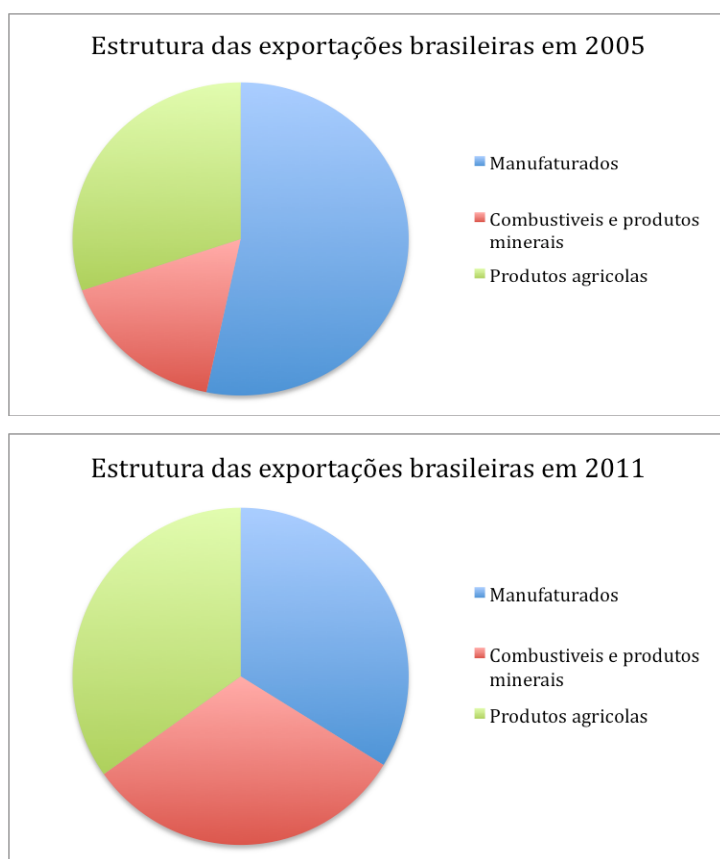
O Brasil é considerado um país pequeno se considerarmos sua importância e atividade no comércio internacional - total das exportações e importações. Em 2011, esta participação correspondia a 1,4% do comércio mundial.

As exportações brasileiras correspondiam a 1% das exportações mundiais em 1993 e em 2003. Em 2011 o Brasil exportou US\$ 256 bilhões, o que correspondeu a 1,4% das exportações mundiais, ficando em 22º lugar no ranking mundial. Em 2012 as exportações caíram para um patamar de US\$ 242 bilhões, garantindo o 25º lugar para o país.

Em 2011 as exportações brasileiras foram compostas majoritariamente por produtos agrícolas (33,8%), manufaturados (32,8%), combustíveis e produtos minerais (30,4%). Os principais produtos exportados são soja, café, automóveis, e minério de ferro. Os principais destinos de suas exportações em 2011, assim como em 2012, foram União Européia (20%), China (17%), EUA (10%) e Argentina (8%).

Porém, a estrutura das exportações brasileiras nem sempre teve este perfil. As exportações brasileiras caracterizavam-se por maior participação de produtos manufaturados, que correspondiam a 52% do total em 2005, seguido de produtos agrícolas, que correspondiam a 29,6% e combustíveis e produtos minerais, correspondendo a 16%.

Gráficos 01 e 02: Estrutura das exportações brasileiras em 2005 e 2011



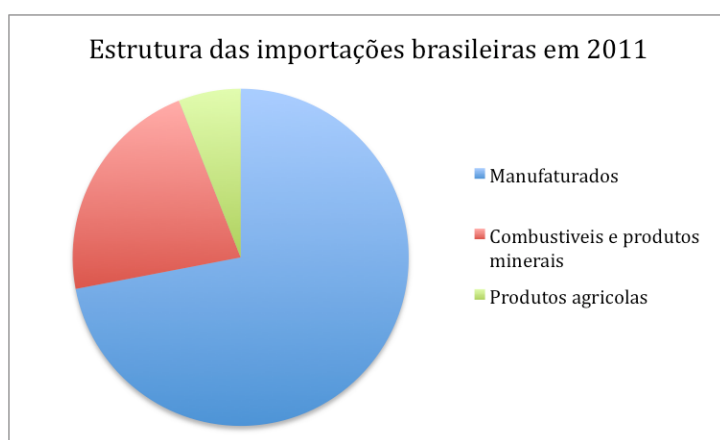
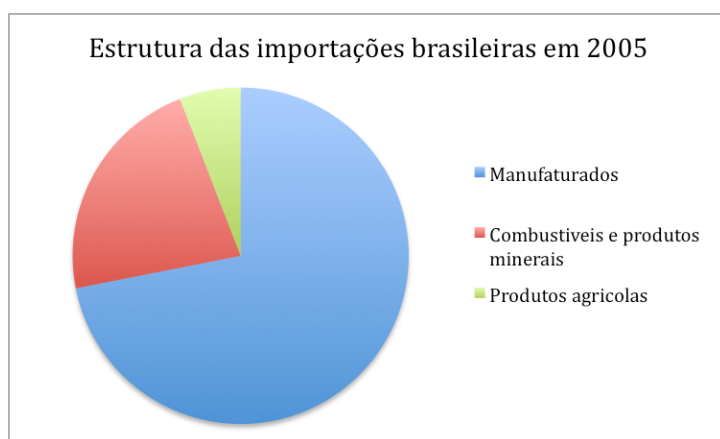
Fonte: Relatório OMC 2012

Elaboração do autor

O Brasil foi o 21º país no ranking mundial das importações em 2011, com *share* correspondendo a 1,3% das importações mundiais. As importações brasileiras somaram em torno de US\$ 237 bilhões, sendo os principais bens importados: equipamentos mecânicos, elétricos e de transporte, produtos químicos, petróleo, autopeças e eletroeletrônicos. As principais economias que exportaram para o Brasil, tanto em 2011 quanto em 2012, foram União Européia, EUA, China, e Argentina.

A estrutura das importações em 2011 era concentrada em produtos manufaturados, que corresponderam a 72% das importações totais do país, seguido de combustíveis e produtos minerais que corresponderam a 22%, e 6% de produtos agrícolas. Quando comparamos o perfil das importações brasileiras em 2005 e 2011, é notório que praticamente não se alterou.

Gráficos 03 e 04: Estrutura das importações Brasileiras em 2005 e 2011



Fonte: Relatório OMC 2012

Elaboração do autor

Durante o ano de 2012, o Brasil perdeu espaço no comércio mundial. As exportações brasileiras foram reduzidas principalmente devido a queda da demanda global. A recessão, principalmente na Europa, levou a China a importar menos matérias-primas, o que impactou diretamente nas exportações brasileiras. Dado que o Brasil é um grande exportador de *commodities*, a redução das exportações também é explicada pela queda do preço das *commodities* em 2012. As importações também foram impactadas pelas medidas de proteção adotadas pelo governo brasileiro.

As exportações brasileiras de mercadorias caíram 1,2% em 2012, comparado ao aumento de 3,1% em 2011; e as importações caíram 2,1% em 2012, comparado ao crescimento 8,5% importado em 2011.

II.3 O comércio internacional e os fluxos brasileiros antes e após a crise de 2008

No mundo atual, os mercados estão todos conectados através de relações complexas, e acontecimentos nacionais podem rapidamente se espalhar pelo mundo e tomar proporções globais.

Com a crise de 2008 não foi diferente. Quando a crise do *subprime* despontou, e a recessão atingiu primeiramente as economias desenvolvidas, houve muita discussão sobre o quanto as economias emergentes sofreriam e alguns economistas defendiam que estas seriam pouco ou nada afetadas. Porém, não foi possível impedir o contágio, e dado o caráter sistêmico que a crise tomou, as repercussões no Brasil foram consideráveis. Agora a desaceleração da atividade econômica brasileira é notada.

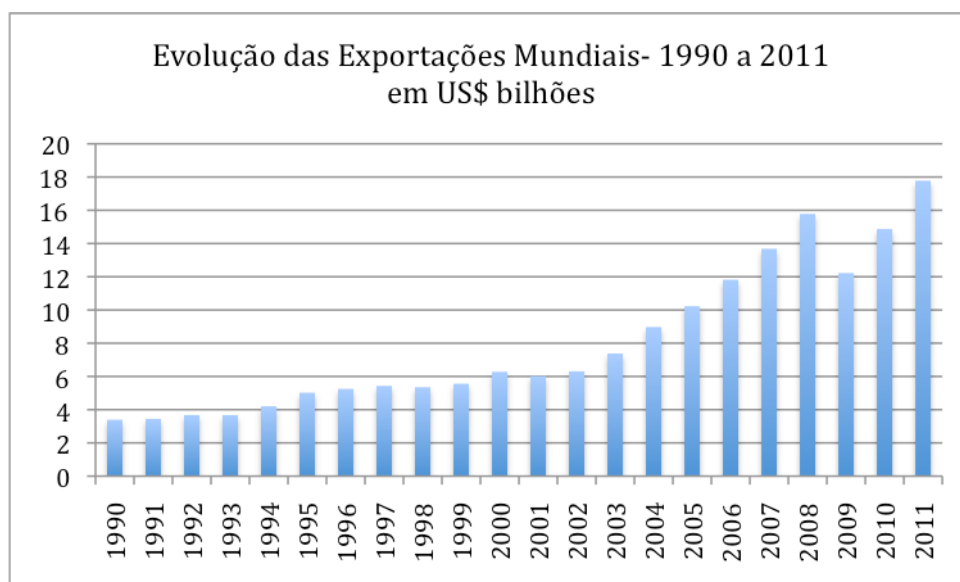
A partir do terceiro trimestre de 2008, grande parte das economias, sejam elas desenvolvidas ou emergentes, sofreram fortes quedas nas cotações de suas ações no mercado financeiro e uma depreciação em maior ou menor intensidade de sua moeda.

Além disso, a crise internacional afetou o Brasil em outras frentes. A estagnação da economia mundial demandou menos exportações brasileiras e também impactou nas exportações da zona asiática, afetando preços de algumas commodities mundialmente. Como o Brasil é um grande exportador de commodities, a queda do preço das mesmas agravou ainda mais a redução do valor das exportações. Outro efeito foi o aumento da

guerra comercial, com europeus e asiáticos tentando “desovar” seus excedentes nos mercados emergentes.

A crise do *subprime* teve reflexos evidentes nos fluxos de comércio mundial. Em 2009 as exportações mundiais caíram 22,6% em valor, e o comércio mundial em volume foi reduzido em 11,4%. A redução do volume de comércio já podia ser vista ao final de 2008, quando este cresceu apenas 2,5%, bem abaixo dos anos anteriores. Entretanto, as exportações mundiais voltaram a crescer em 2010, e em 2011 já estavam num patamar superior ao anterior a crise.

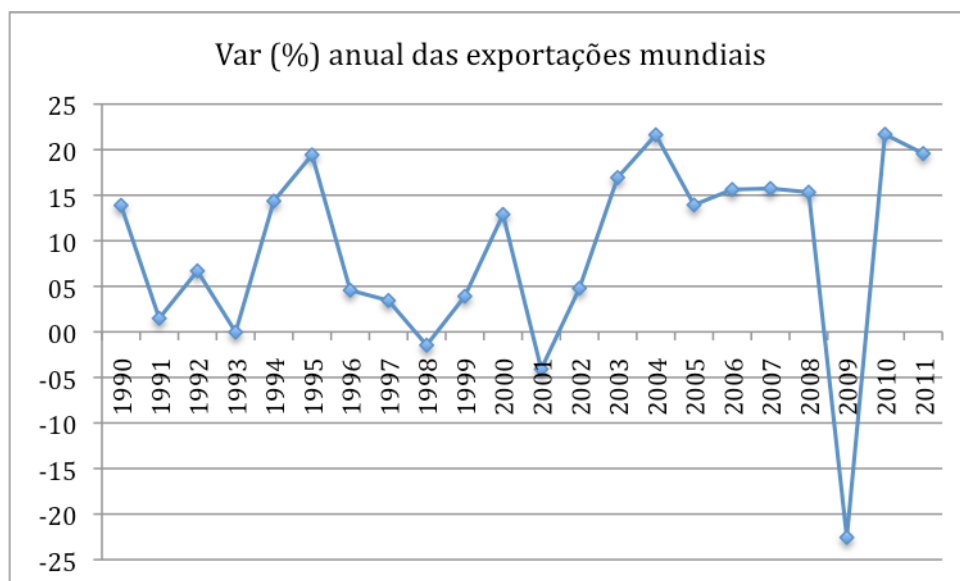
Gráfico 05: Evolução das exportações mundiais de 1990 a 2011



Fonte: OMC

Elaboração: MDIC

Gráfico 06: Variação das exportações mundiais



Fonte: OMC

Elaboração: MDIC

Para o Brasil não foi diferente. Assim como no mundo, as exportações brasileiras caíram 22,7% em 2009 e as importações 26,2%. O PIB brasileiro diminuiu em 0,3% enquanto o PIB mundial caiu 0,6%. O Brasil que apresentava uma tendência de abertura econômica, teve em 2009, um redução dessa abertura.

As exportações brasileiras aumentaram significativamente entre 1990 e 2011. Apesar da redução das exportações como reflexo da crise, o volume foi logo retomado nos anos que se seguiram.

O montante das exportações foi recuperado, mas essa recuperação não ocorreu de forma uniforme em todas os mercados. Após a crise houve um redirecionamento das exportações brasileiras. As vendas para EUA e Europa não foram retomadas para os níveis anteriores a crise, enquanto as vendas para a Ásia e China se intensificaram no período pós crise. A América do Sul continuou sendo um destino importante dos produtos brasileiros.

Tabela 01: Evolução do comércio exterior brasileiro 1990 a 2011

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC
Secretaria de Comércio Exterior - SECEX
Departamento de Desenvolvimento e Planejamento do Comércio Exterior - DEPLA

Período	PIB BRASIL			EXP BRASIL (FOB)			EXPORTAÇÃO MUNDIAL (FOB)			IMP BRASIL (FOB)			SALDO COMERCIAL (FOB)		COMÉRCIO MUNDIAL		PIB MUNDO	
	US\$ bi (A)	Tx. real %	Abert. econ. /1	US\$ bi (B)	Var. %	Part.% B/A	US\$ bi (C)	Var. %	Part. % C/A	US\$ bi (D)	Var. %	Part. % D/A	US\$ bi (B - D)	Em volume %	Em volume %	US\$ bi	Tx. real %	
1990	469,3	-4,3	11,1	31,4	-8,6	6,7	3.395,6	13,9	13,1	20,7	13,1	4,4	10,8	6,5	6,5	22.175	3,2	
1991	405,7	1,0	13,0	31,6	0,7	7,8	3.446,1	1,5	1,8	21,0	1,8	5,2	10,6	5,2	5,2	23.247	2,2	
1992	387,3	-0,5	14,5	35,8	13,2	9,2	3.676,7	6,7	2,3	20,6	-2,3	5,3	15,2	6,5	6,5	24.326	2,2	
1993	429,7	4,9	14,9	38,6	7,7	9,0	3.675,4	0,0	1,05	25,3	22,9	5,9	13,3	4,2	4,2	24.961	2,1	
1994	543,1	5,9	14,1	43,5	12,9	8,0	4.203,3	14,4	1,04	33,1	31,0	6,1	10,5	9,6	9,6	26.784	3,4	
1995	770,4	4,2	12,5	46,5	6,8	6,0	5.020,1	19,4	0,93	50,0	51,1	6,5	-3,5	10,2	10,2	29.774	3,3	
1996	840,3	2,2	12,0	47,7	2,7	5,7	5.249,5	4,6	0,91	53,3	6,8	6,3	-5,6	6,3	6,3	30.502	3,8	
1997	871,3	3,4	12,9	53,0	11,0	6,1	5.430,1	3,4	0,98	59,7	12,0	6,9	-6,8	11,4	11,4	30.370	4,1	
1998	844,0	0,0	12,9	51,1	-3,5	6,1	5.350,7	-1,5	0,96	57,8	-3,3	6,8	-6,6	4,9	4,9	30.157	2,6	
1999	586,8	0,3	16,6	48,0	-6,1	8,2	5.560,0	3,9	0,86	49,3	-14,6	8,4	-1,3	5,3	5,3	31.338	3,6	
2000	645,0	4,3	17,2	55,1	14,8	8,5	6.276,9	12,9	0,88	55,9	13,3	8,7	-0,7	13,0	13,0	32.299	4,7	
2001	553,8	1,3	20,6	58,3	5,7	10,5	6.020,2	-4,1	0,97	55,6	-0,4	10,0	2,7	-0,1	-0,1	32.091	2,4	
2002	504,4	2,7	21,4	60,4	3,7	12,0	6.308,4	4,8	0,96	47,2	-15,0	9,4	13,2	3,8	3,8	33.358	2,9	
2003	553,6	1,1	22,0	73,2	21,1	13,2	7.376,9	16,9	0,99	48,3	2,3	8,7	24,9	5,4	5,4	37.484	3,7	
2004	663,8	5,7	24,0	96,7	32,1	14,6	8.972,4	21,6	1,08	62,8	30,0	9,5	33,8	9,9	9,9	42.136	4,9	
2005	882,4	3,2	21,8	118,5	22,6	13,4	10.222,9	13,9	1,16	73,6	17,1	8,3	44,9	7,6	7,6	45.571	4,5	
2006	1.088,8	4,0	21,0	137,8	16,3	12,7	11.820,1	15,6	1,17	91,4	24,1	8,4	46,5	9,4	9,4	49.342	5,2	
2007	1.366,5	6,1	20,6	160,6	16,6	11,8	13.680,7	15,7	1,17	120,6	32,0	8,8	40,0	7,1	7,1	55.678	5,4	
2008	1.650,9	5,2	22,5	197,9	23,2	12,0	15.778,7	15,3	1,25	173,0	43,4	10,5	25,0	2,5	2,5	61.167	2,8	
2009	1.625,6	-0,3	17,3	153,0	-22,7	9,4	12.218,4	-22,6	1,25	127,7	-26,2	7,9	25,3	-11,4	-11,4	57.761	-0,6	
2010	2.143,9	7,5	17,9	201,9	32,0	9,4	14.868,1	21,7	1,36	181,8	42,3	8,5	20,1	14,4	14,4	63.075	5,3	
2011	2.475,1	2,7	19,5	256,0	26,8	10,3	17.778,2	19,6	1,44	226,2	24,5	9,1	29,8	6,0	6,0	69.660	3,9	

Fonte: Exportação e Importação Brasileira: SECEX/MDIC e RFB/MF.

Taxa real de variação do PIB: IBGE.

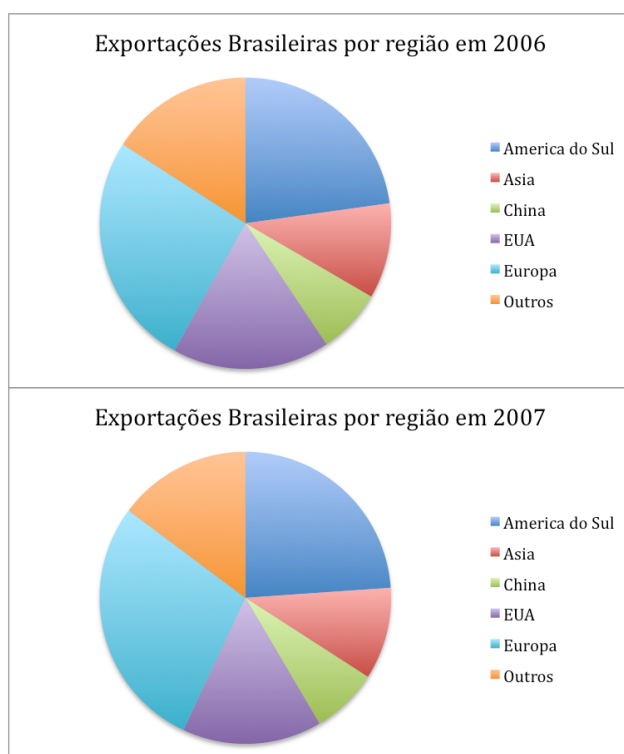
PIB em dólar: BACEN

PIB mundial: FMI

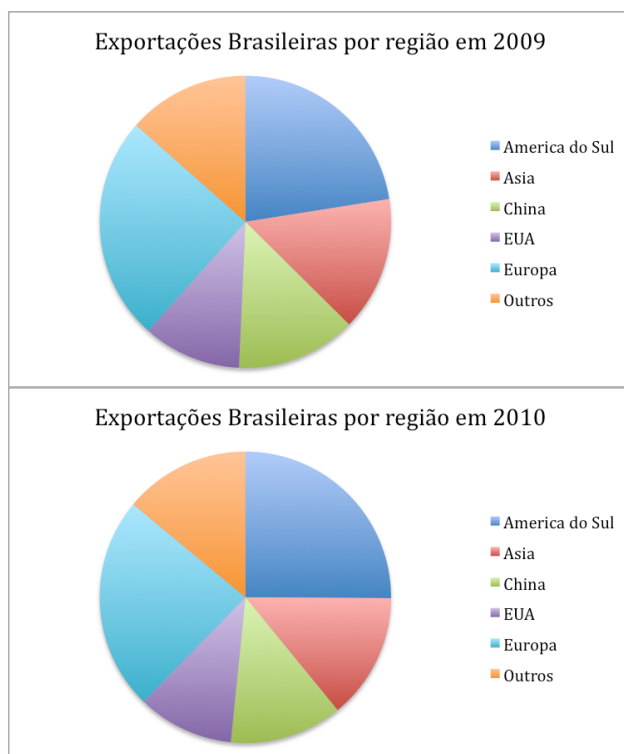
Comércio Mundial: OMC

Elaboração: DEPLA/SECEX/MDIC.

Gráficos 07 e 08: Exportações Brasileiras nos anos que antecederam a crise:



Gráficos 09 e 10: Exportações Brasileiras nos anos que sucederam a crise



Fonte: Funcex

Elaboração do autor

A redução do papel dos EUA e Europa como destino das exportações brasileiras já vinha ocorrendo anteriormente a crise, mas a partir de 2009 foi agravada. Além disso, a política externa do Governo Lula já buscava outros mercados para exportar, como a China e o restante da Ásia, o que também foi intensificado no período pós crise, levando a um aumento das exportações.

Além dos destino das exportações brasileiras, a crise também impactou na composição da pauta de exportação. As *commodities* primárias já apresentavam uma tendência de crescimento mesmo antes da crise, e após a crise essa tendência foi marcante. As exportações de *commodities* processadas também apresentaram um aumento no período pós crise, mas não tão significativo quanto as primárias. Com isso, dizemos que pós crise houve uma “reprimarização” da pauta de exportações.

As exportações de manufaturados de baixa, média e alta tecnologia sofreram uma redução com a crise, e em 2011 ainda não tinham voltado para o nível anterior. Porém, foi a exportação de manufaturas de alta tecnologia, o setor mais prejudicado com a recessão.

A mudança das participações dos países como destino das exportações brasileiras condicionaram as alterações na presença dos grupos de produtos na pauta de exportação do Brasil. O aumento da participação da China, em detrimento dos EUA e América Latina, contribuiu para que houvesse uma queda das exportações de manufaturados, principalmente de alta tecnologia, assim como contribuiu para a “reprimarização” da pauta de exportações.

Dado que o destino das exportações e participação dos grupos de produtos nas exportações está interligado, a análise das mudanças na pauta de exportação brasileira pode ser feita por grupos de produtos e destinos simultaneamente. Mesmo antes da crise avançar, já havia algumas tendências se desenhando, como o aumento das exportações de produtos primários para a China. O aumento da participação da China podia ser visto desde 2000, mas ganhou ainda mais volume após a crise em 2009. Outra tendência observada mesmo antes da crise e agravada nos anos posteriores a ela, é a redução da exportação de *commodities* processadas para a Europa e principalmente para os EUA.

Nos anos que se sucederam após a crise, é notável uma menor exportação de produtos primários para a Europa, enquanto como já dito anteriormente, a exportação de produtos primários para a China aumentou significativamente, assumindo um papel de destaque na pauta brasileira.

Outra tendência foi a redução da venda de manufaturas de alta e média tecnologia para os EUA e Europa. Porém, vale ressaltar que a Europa continua como um destino relevante das vendas externas brasileiras, especialmente de commodities processadas e manufaturas de alta e média tecnologia.

O 13º Boletim de Economia e Política Internacional do IPEA, organizou os dados da pauta de exportação brasileira ao longo dos anos e formulou teorias sobre as alterações em sua composição. A crise ocasionou uma redução no volume exportado de produtos manufaturados, enquanto contribuiu para o aumento da exportação de produtos primários. Tal tendência pode ser explicada pelo fato da crise ter impactado as economias com diferentes intensidades. Os países que mais foram atingidos pela crise eram os principais destinos dos bens manufaturados, e com a recessão passaram a demandar menos. Simultaneamente, os mercados menos afetados, como a China e outros países da Ásia por exemplo, requerem mais produtos primários.²

Nas tabelas a seguir os produtos brasileiros exportados foram agrupados. O grupo 1 consiste em commodities primárias e o grupo 2 commodities processadas. O grupo 3 corresponde as manufaturas de baixa tecnologia e grupo quatro manufaturas de alta tecnologia.

Tabela 02: Exportações brasileiras por destino – em US\$ milhões

Tabela 03: Exportações brasileiras por grupos de produtos – em US\$ milhões

Tabela 04: Exportação por destino e por grupo de produtos (%)

² HURRELL, Andrew et al. **“Boletim de Economia e Política Internacional 2013**

Exportações Brasileiras por regiões - a preços de 1998															
Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	var % 2008-11
América do Sul	11444	10474	12558	12755	10215	13561	18239	20287	21723	24610	24784	19630	24313	24942	0,6
Ásia	4366	5784	5500	7048	8345	9364	10120	10404	10103	10544	11238	12844	13550	13244	17,9
China	905	738	1183	2337	3045	4952	5133	5938	6870	7603	7877	11441	12128	14234	80,7
Egito e África do Sul	603	670	685	1296	1430	1478	1937	2249	2656	2825	2445	2478	2850	3655	49,5
Estados Unidos	9739	11852	13509	14174	15396	16065	19009	18111	16693	15976	14306	9367	10320	10691	-25,3
Europa	14063	14642	16409	18255	18552	21217	24009	24028	24753	29053	28012	21441	22981	22084	-21,2
Exp. Combustíveis	1712	2623	1921	3143	3853	4335	4690	5107	6136	6582	5633	4715	5351	5113	-9,2
México e Canadá	1546	1919	2484	2668	3817	4632	5676	6007	6218	5789	5270	4392	5325	5656	7,3
Total	44378	48702	54249	61676	64653	75604	88813	92131	95152	102980	99565	86308	96818	99619	0,1
América do Sul	25,8	21,5	23,1	20,7	15,8	17,9	20,5	22,0	22,8	23,9	24,9	22,7	25,1	25,0	-
Ásia	9,8	11,9	10,1	11,4	12,9	12,4	11,4	11,3	10,6	10,2	11,3	14,9	14,0	13,3	-
China	2,0	1,5	2,2	3,8	4,7	6,5	5,8	6,4	7,2	7,4	7,9	13,3	12,5	14,3	-
Egito e África do Sul	1,4	1,4	1,3	2,1	2,2	2,0	2,2	2,4	2,8	2,7	2,5	2,9	2,9	3,7	-
Estados Unidos	21,9	24,3	24,9	23,0	23,8	21,2	21,4	19,7	17,5	15,5	14,4	10,9	10,7	10,7	-
Europa	31,7	30,1	30,2	29,6	28,7	28,1	27,0	26,1	26,0	28,2	28,1	24,8	23,7	22,2	-
Exp. Combustíveis	3,9	5,4	3,5	5,1	6,0	5,7	5,3	5,5	6,4	6,4	5,7	5,5	5,5	5,1	-
México e Canadá	3,5	3,9	4,6	4,3	5,9	6,1	6,4	6,5	6,5	5,6	5,3	5,1	5,5	5,7	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Exportações Brasileiras por grupo de produtos - a preços de 1998															
Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	var % 2008-11
Grupo 1	7460	7698	8827	13562	13959	15336	16255	15918	18273	22550	21812	23840	27179	26940	23,5
Grupo 2	14607	16807	15850	19111	20664	22443	24912	26086	27416	28388	26644	24935	25803	27488	3,2
Grupo 3	7330	8400	9647	10392	10805	13923	16775	16927	16520	17138	16719	14751	15256	15918	-4,8
Grupo 4	14950	15729	19841	18530	19154	23835	30818	33094	32919	34855	34264	22368	28432	29116	-15,0
Não classificados	31	69	85	83	71	67	54	107	23	47	126	142	147	158	25,4
Total	44378	48703	54250	61678	64653	75604	88814	92132	95151	102978	99565	86036	96817	99620	-
Grupo 1	16,8	15,8	16,3	22,0	21,6	20,3	18,3	17,3	19,2	21,9	21,9	27,7	28,1	27,0	-
Grupo 2	32,9	34,5	29,2	31,0	32,0	29,7	28,0	28,3	28,8	27,6	26,8	29,0	26,7	27,6	-
Grupo 3	16,5	17,2	17,8	16,8	16,7	18,4	18,9	18,4	17,4	16,6	16,8	17,1	15,8	16,0	-
Grupo 4	33,7	32,3	36,6	30,0	29,6	31,5	34,7	35,9	34,6	33,8	34,4	26,0	29,4	29,2	-
Não classificados	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2	-
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	-

Fonte dos dados: Funcex

Elaboração: 13^o Boletim de Economia Política e Internacional IPEA

Exportações Brasileiras por região e grupo de produtos - a preços de 1998 (Participação % no total geral)														
Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Grupo 1														
América do Sul	0,9	0,8	1,0	1,7	1,7	1,0	0,9	0,9	1,1	1,8	2,7	3,9	3,5	2,6
Ásia	3,0	2,7	3,0	4,9	4,5	4,1	3,3	3,0	3,2	2,9	3,1	4,3	4,6	4,4
China	1,0	0,8	1,4	2,2	2,6	3,1	2,9	3,5	4,9	4,7	5,3	9,0	9,3	9,8
Egito e África do Sul	0,2	0,2	0,3	0,7	0,7	0,2	0,3	0,3	0,4	0,5	0,3	0,9	1,3	1,8
Estados Unidos	1,5	1,8	1,2	1,2	1,5	1,3	1,6	1,1	1,1	0,9	0,9	1,4	1,6	1,1
Europa	9,6	8,8	8,5	10,1	9,3	9,6	7,8	7,4	7,2	9,3	8,2	6,5	5,8	4,9
Exp. Combustíveis	0,2	0,3	0,4	0,8	0,8	0,6	0,8	0,6	0,9	0,9	0,5	0,8	0,9	0,8
México e Canadá	0,5	0,4	0,4	0,4	0,5	0,4	0,6	0,5	0,5	0,8	0,9	1,0	1,1	1,6
Total	16,9	15,8	16,2	22,0	21,6	20,3	18,2	17,3	19,3	21,8	21,9	27,8	28,1	27,0
Grupo 2														
América do Sul	4,9	4,2	4,2	3,2	2,7	2,7	2,7	2,7	3,5	3,3	3,7	3,2	3,6	3,7
Ásia	4,5	5,9	4,2	4,1	5,2	4,4	4,0	4,6	3,9	3,6	4,1	6,4	5,3	4,5
China	0,8	0,3	0,3	0,4	0,6	1,4	1,2	1,1	0,5	1,0	1,1	1,6	1,1	1,5
Egito e África do Sul	0,7	0,7	0,4	0,9	0,8	0,8	1,0	1,1	1,3	1,2	1,2	1,2	0,9	1,1
Estados Unidos	6,3	6,9	6,7	7,7	6,9	6,2	6,7	6,1	5,7	5,1	4,0	3,0	3,0	3,7
Europa	11,4	10,4	9,8	10,0	9,7	8,3	7,4	7,4	7,6	7,7	7,8	7,9	7,0	7,8
Exp. Combustíveis	3,3	4,9	2,8	3,8	4,4	4,4	3,7	3,9	4,5	4,4	3,8	4,0	4,1	3,6
México e Canadá	1,1	1,2	0,9	0,9	1,6	1,5	1,4	1,5	1,8	1,2	1,2	1,7	1,7	1,6
Total	33,0	34,5	29,3	31,0	31,9	29,7	28,1	28,4	28,8	27,5	26,9	29,0	26,7	27,5

Exportações Brasileiras por região e grupo de produtos - a preços de 1998 (Participação % no total geral) - CONTINUAÇÃO														
Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Grupo 3														
América do Sul	4,8	4,6	4,9	4,6	3,2	3,9	3,8	3,8	3,8	3,9	3,9	3,5	3,5	3,6
Ásia	1,4	1,5	1,3	1,4	1,7	2,4	2,9	2,6	2,5	2,7	3,1	3,3	3,1	3,3
China	0,1	0,2	0,2	0,5	0,6	0,9	1,0	1,2	1,2	1,1	1,1	2,0	1,6	2,2
Egito e África do Sul	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Estados Unidos	5,2	5,7	5,7	5,2	5,8	5,6	5,4	5,1	4,4	3,5	2,9	2,7	2,5	2,1
Europa	4,4	4,7	4,9	4,3	4,4	4,4	4,5	4,4	4,1	4,3	4,6	4,7	4,1	3,9
Exp. Combustíveis	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2
México e Canadá	0,4	0,4	0,5	0,5	0,7	0,8	0,9	0,8	0,9	0,8	0,7	0,6	0,5	0,5
Total	16,5	17,3	17,7	16,7	16,7	18,4	18,9	18,3	17,3	16,7	16,8	17,2	15,7	16,0
Grupo 4														
América do Sul	15,2	11,9	13,0	11,1	8,2	10,3	13,1	14,6	14,4	14,8	14,6	11,8	14,5	15,1
Ásia	1,0	1,8	1,6	1,1	1,5	1,5	1,2	1,1	1,0	1,1	1,0	0,9	1,0	1,0
China	0,2	0,2	0,3	0,7	0,9	1,2	0,7	0,6	0,7	0,5	0,5	0,8	0,5	0,7
Egito e África do Sul	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,7	0,7	0,9	0,9	0,8	0,8	0,6	0,5	0,6
Estados Unidos	8,9	9,8	11,3	8,8	9,5	8,1	7,7	7,4	6,4	6,0	6,5	3,8	3,6	3,8
Europa	6,2	6,1	7,0	5,1	5,2	5,7	7,2	6,8	7,1	6,9	7,4	5,7	6,7	5,4
Exp. Combustíveis	0,2	0,1	0,3	0,3	0,6	0,5	0,6	0,9	0,8	0,9	1,0	0,5	0,3	0,5
México e Canadá	1,5	1,9	2,7	2,5	3,1	3,4	3,6	3,7	3,3	2,9	2,5	1,9	2,2	2,0
Total	33,6	32,2	36,6	30,0	29,5	31,4	34,8	36,0	34,6	33,9	34,3	26,0	29,3	29,1
Não classificados														
	0,0	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,2	0,4
Total Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados: Funcex

Elaboração: 13º Boletim de Economia Política e Internacional IPEA

III. Políticas de Comércio Internacional

III.1 Principais instrumentos de Políticas de Comércio Internacional³

Os governos podem adotar diferentes políticas no comércio internacional, como taxar ou subsidiar transações, estipular limites legais no valor ou volume das importações, dentre muitas outras.

O mais antigo e mais simples instrumento de política comercial é taxar um produto ao ser importado. O imposto pode ser específico, ou seja, fixo para cada unidade do bem importado, ou *ad valorem* que é uma porcentagem do preço do produto importado. Os impostos tem como objetivo principal proteger alguns setores da economia, mas também constituem uma fonte de renda para o governo. Ao taxar um bem importado, o preço recebido pelos os produtores nacionais aumenta, protegendo-os da concorrência das importações que poderia resultar em preços baixos.

Apesar de ser o mais simples instrumento de política comercial, a maioria das vezes o governo intervêm no comércio internacional de outras formas, como subsídios à exportação, quotas de importação, e restrições voluntárias à exportação.

O subsídio à exportação é um pagamento feito pelo governo a uma empresa que exporte o bem que produz. Assim como os impostos, o subsídio à exportação pode ser específico ou *ad valorem*. Quando o subsídio é oferecido pelo governo, exportadores irão exportar o bem até o ponto em que o preço nacional excede o preço estrangeiro pelo montante do subsídio.

A quota de importação é uma restrição sobre a quantidade que um bem pode ser importado, e geralmente é imposta pela emissão de licenças para algum grupo de empresas. A quota de importação sempre eleva o preço doméstico do bem importado. Pelas importações nesse caso serem limitadas, a demanda pelo bem excede a oferta doméstica somada as importações.

³ KRUGMAN, Paul, OBSTFELD, Maurice, MELITX, Marc. “**International Economics Theory and Policy 9th edition**”

A quota de importação vai aumentar os preços domésticos pelo mesmo valor de um imposto que limite as importações para o mesmo nível. A diferença entre a quota e um imposto é que com o imposto o governo recebe uma receita e com a quota não, a receita que teria sido recolhida pelo governo, na verdade é recolhida por quem recebe as licenças de importação.

Uma variante da quota de importação é a restrição voluntária das exportações, que consiste em uma quota imposta pelo país exportador, ao invés do importador, e geralmente são impostas a pedido do importador, e acordadas pelo exportador para evitar outras restrições comerciais. A restrição voluntária às exportações é sempre mais custosa para o país importador do que uma tarifa que limita as importações no mesmo montante. A diferença é que o que teria sido receita arrecadada pelo governo com o imposto torna-se receita gerada por estrangeiros, de modo que claramente gera uma perda para o país importador.

Ainda há muitas outras maneiras pelas quais os governos podem influenciar o comércio. Porém, os efeitos desses instrumentos de políticas comerciais no bem-estar econômico podem ser ambíguos.

Além dos governos, as empresas também podem adotar estratégias no comércio mundial. As empresas podem optar por definir preços diferentes em mercados diferentes. O *dumping* é uma prática comercial na qual empresas de um país vendem seus produtos para outros países, por preços menores aos aplicados no mercado do seu próprio país. Esta técnica é usada para prejudicar os fabricantes de produtos concorrentes, e ganhar *share* no mercado.

Quando comprovado, o *dumping* geralmente é reprimido pelos governos. A OMC não regula as ações das empresas, mas tem como foco as maneiras como os governos podem combater o *dumping*.

III.2 O Brasil no Mercosul – breve histórico

O Mercado Comum do Sul - MERCOSUL - está integrado pela Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Bolívia (em processo de adesão). De acordo com o tratado de constituição do bloco – Tratado de Assunção, o Mercosul pressupõe:

1. “A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;
2. o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;
3. a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem- , a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes;
4. o compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.”

O comércio brasileiro com os demais países do bloco cresceu consideravelmente, cerca de dez vezes, desde a sua criação. Como indicado na tabela abaixo, a corrente comercial (exportações + importações) somava US\$ 4,5 bilhões em 1991 e chegou a US\$ 49 bilhões dez anos depois.

Tabela 05: Evolução do comércio brasileiro com os demais países do Mercosul

Ano	Exportação	Importação	Corrente Comercial
1991	US\$ 2,3 bi	US\$ 2,2 bi	US\$ 4,5 bi
2011	US\$ 28 bi	US\$ 21 bi	US\$ 49 bi

Fonte: Secex/MIDIC

Elaboração do autor

O Brasil é o país com maior peso no bloco, sendo responsável por mais de 50% do seu Produto Interno Bruto. O Mercosul é um importante parceiro comercial do Brasil. Parte considerável das transações externas do país está ligada ao Mercosul, cerca

de 11% das exportações e 9% das importações, tem como destino/origem países membros do bloco.

Em 2011 o Brasil exportou US\$ 256 bilhões, sendo US\$ 28 bilhões para países membros do Mercosul. Essas exportações são compostas principalmente por produtos manufaturados (80,3%), seguido de combustíveis e produtos minerais (14,2%) e produtos agrícolas (5,4%). O Brasil é o maior exportador do grupo, tendo sido responsável por 51,8% das exportações.

Quando consideramos as importações, essas somaram US\$ 21 bilhões em 2011, sendo principalmente de produtos manufaturados (61,6%), produtos agrícolas (28,6%) e combustíveis e produtos minerais (9,7%). O maior importador do bloco foi a Argentina (43,3%), seguido do Brasil (38,8%).

O Brasil tem se mostrado insatisfeito com o comércio com a Argentina, devido as medidas protecionistas adotadas e as restrições por ela impostas. Apesar de em 2012 o Brasil ter tido um superávit de US\$ 1,5 bilhão em seu comércio com a Argentina, no primeiro trimestre de 2013 a Argentina teve um superávit de US\$ 82 milhões na balança comercial bilateral. Nos últimos meses as exportações brasileiras para a Argentina declinaram bastante e é possível que diminuam ainda mais ao longo de 2013.

III.3 Multilateralismo x Acordos Preferenciais - e o posicionamento do Brasil

Com a crise internacional de 2008 e os impasses das negociações multilaterais da Rodada Doha, muitos países aumentaram suas medidas protecionistas e preferiram consolidar acordos preferenciais de comércio. A Rodada Doha é uma rodada de negociações da OMC que pretende diminuir as barreiras comerciais mundiais e tornar as regras de comércio mais livres para os países em desenvolvimento.

A OMC tem como tarefa resgatar o multilateralismo no comércio, dado que a tendência mundial tem sido por acordos preferenciais em detrimento das negociações multilaterais. Países e blocos econômicos passaram a consolidar acordos preferenciais no intuito de facilitar e agilizar o processo de liberalização do comércio internacional. Os acordos preferenciais são consolidados por meio de tratados econômicos e

comerciais entre os países, visando que suas mercadorias recebam tratamento preferencial na importação ou exportação.

O Brasil foi um dos membros fundadores do GATT em 1947, e desde então as negociações multilaterais estiveram presentes em sua política comercial externa. A partir dos anos 90, com a abertura comercial brasileira, a política comercial do país foi recomposta, considerando novas possibilidades de atuação no comércio mundial. As estratégias do Brasil agregam além de negociações multilaterais, acordos preferenciais com a América do Sul e com países de outros continentes.

Durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, as negociações multilaterais de comércio sempre estiveram como a principal estratégia da política comercial externa, e havia uma preocupação em aumentar a integração da economia brasileira à mundial. O Brasil buscava aumentar essa integração por meio da diversificação de suas parcerias comerciais.

O interesse em acordos regionais era estruturado em duas frentes: com países da América do Sul, principalmente através do Mercosul e em negociações com países desenvolvidos fora da América Latina, através da ALCA e das negociações do Mercosul com a União Européia.

A criação do Mercosul em 1991 foi um símbolo da integração entre os países da América do Sul, e ficou claro os anseios por uma integração regional. Durante o governo de FHC o comércio no bloco viveu seu apogeu, mas a desvalorização do real em 1999 e a crise na Argentina em 2001, tiveram impactos negativos, dificultando a integração do bloco. Em 1994 com o início das negociações para criação da ALCA, e em 1995 com o início das negociações entre o Mercosul e a União Européia, o Brasil passou a expandir suas negociações de acordos preferenciais para além dos limites do Mercosul.

Durante os governos Lula, manteve-se a tradição multilateralista, e também buscou-se novas frentes. O Brasil passou a se aproximar de alguns países em desenvolvimento com o intuito de fazer novos acordos comerciais. Foram assinados sete acordos com países fora do Mercosul mas apenas quatro já estão em vigor. Os

países com os quais o Brasil assinou os acordos preferenciais de comércio fora da América do Sul são: Israel, Cuba, Índia, México, Palestina, Egito, África do Sul. Sendo que os três últimos não estão em vigor. A política comercial externa passou a priorizar relações com países em desenvolvimento em detrimento de países desenvolvidos.

Tabela 06: Acordos preferenciais de comércio do Brasil com países fora da Am. do Sul:

Acordo	Assinado em:	Em vigor desde:
Mercosul - Palestina	dez.11	-
Mercosul - Egito	ago.10	-
Mercosul - SACU	dez.08	-
Mercosul - Israel	dez.07	abr.10
Mercosul - Cuba	jul.06	jul.07
Mercosul - Índia	mar.05	jun.09
Brasil - México	ago.02	set.02
Mercosul - México	set.02	set.02

Fonte: MIDIC

Elaboração: IPEA

Atualmente o multilateralismo enfrenta um momento de crise no mundo. Os impasses das negociações multilaterais da Rodada Doha, a proliferação de acordos preferenciais devido a estes impasses e a desintegração da regulação do comércio devido ao aumento dos regimes internacionais com novas regras, constituem desafios para as negociações multilaterais.

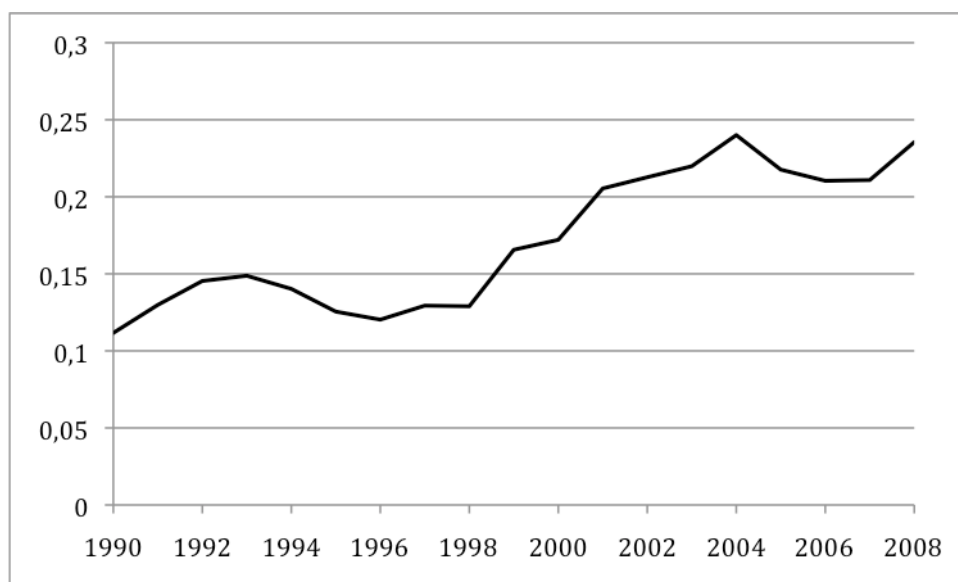
O comércio externo brasileiro vive um momento difícil. Como já mencionado, com a crise de 2008 e a paralisação da Rodada Doha, a tendência mundial foi a multiplicação de acordos preferenciais. Porém, o Brasil continuou priorizando os acordos multilaterais, enquanto deveria ter seguido o movimento de proliferação de acordos preferenciais e buscado novas parcerias comerciais. Os acordos assinados com Israel, Cuba, Índia, México e alguns países africanos tem baixo alcance e não são bastantes para o comércio brasileiro. O país precisa consolidar novos acordos comerciais, que tenham maior abrangência e mais potencial.

III.4 Análise das políticas adotadas pelo Brasil de 1990 a 2008

Os Governos dos anos 90 foram pautados pela tentativa de estabilizar a moeda, firmar as reformas neoliberais e através da liberalização comercial contribuíram para a inserção do Brasil no mundo globalizado. Os Governos de Collor, Itamar Franco e FHC adotaram diferentes estratégias para controlar a inflação, tendo tanto Itamar quanto FHC aliado política cambial às políticas adotadas como forma de controle.

Neste período, o estímulo às exportações foi substituído pela abertura às importações e pelo incentivo ao aumento da produtividade brasileira. Essas medidas não foram suficientes para aumentar o grau de abertura da economia imediatamente. Apesar da média das Exportações/PIB ter diminuído, a média das Importações/PIB subiu muito pouco, e por isso se observa durante os anos 90, um grau de abertura da economia praticamente estável, tendo apenas aumentando na segunda metade da década, e principalmente devido ao aumento das exportações.

Gráfico 11: Grau de Abertura da Economia (Exportações + Importações/ PIB)



Fonte: SECEX

Elaboração do Autor

Tabela 07: Exportações / PIB e Importações / PIB – em US\$ bilhões

ANO	PIB	EXPORT	EXP/PIB %	IMPORT	IMP/PIB %
1990	466,6	31,4	6,7	20,7	4,4
1991	405,1	31,6	7,8	21,0	5,2
1992	387,3	35,8	9,2	20,5	5,3
1993	429,6	38,6	9,0	25,3	5,9
1994	546,2	43,5	8,0	33,1	6,1
1995	769,0	46,5	6,0	50,0	6,5
1996	839,7	47,7	5,7	53,3	6,3
1997	871,2	53,0	6,1	59,7	6,9
1998	843,8	51,1	6,1	57,7	6,8
1999	586,9	48,0	8,2	49,2	8,4
2000	644,5	55,1	8,5	55,8	8,7
2001	554,0	58,2	10,5	55,6	10,0
2002	505,9	60,4	11,9	47,2	9,3
2003	552,2	73,1	13,2	48,3	8,7
2004	663,6	96,5	14,5	62,8	9,5
2005	881,8	118,3	13,4	73,6	8,3
2006	1089,0	137,8	12,7	91,3	8,4
2007	1333,6	160,6	12,0	120,6	9,0
2008	1575,9	197,9	12,6	173,2	11,0

Fonte: SECEX

Elaboração: FERRARI, Fernando, DA SILVA, Gustavo Teixeira Ferreira, SCHATZMANN, Samira.

“Políticas comercial e cambial, vulnerabilidade externa e crescimento econômico: a experiência da economia brasileira a partir dos anos 1980”

Em 1990, Fernando Collor é empossado Presidente da República. O cenário brasileiro era de alta inflação, forte indexação e a economia estava estagnada. Dentre as políticas adotadas algumas afetaram diretamente o comércio exterior brasileiro, como a mudança no regime cambial para taxas flutuantes e a abertura comercial.

Após anos de políticas que visavam o desenvolvimento industrial através da substituição das importações, o Governo Collor instituiu uma nova política que representou uma mudança no modelo de comércio exterior do Brasil. Revogou os incentivos às exportações, reduziu gradualmente as tarifas de importação, e aboliu grande parte das barreiras não-tarifárias vigentes. A política comercial foi caracterizada

por um processo de liberalização comercial, que buscava o desenvolvimento da indústria nacional através da competição internacional.⁴

Apesar dos primeiros meses do Plano Collor terem sido positivos no sentido que a controlou a inflação, em meados de 1990 a inflação voltou a crescer o que provocou uma apreciação cambial, que aliada a abertura às importações e a redução dos incentivos às exportações, deteriorou o saldo da balança comercial. Visando melhorar o saldo da balança comercial, o governo decidiu desvalorizar sua moeda, o que aumentou ainda mais a inflação. Em 1992, Collor sofreu um *impeachment* e deixou a presidência. Durante a gestão de Collor, a balança comercial teve superávit em torno de US\$ 36 bilhões.

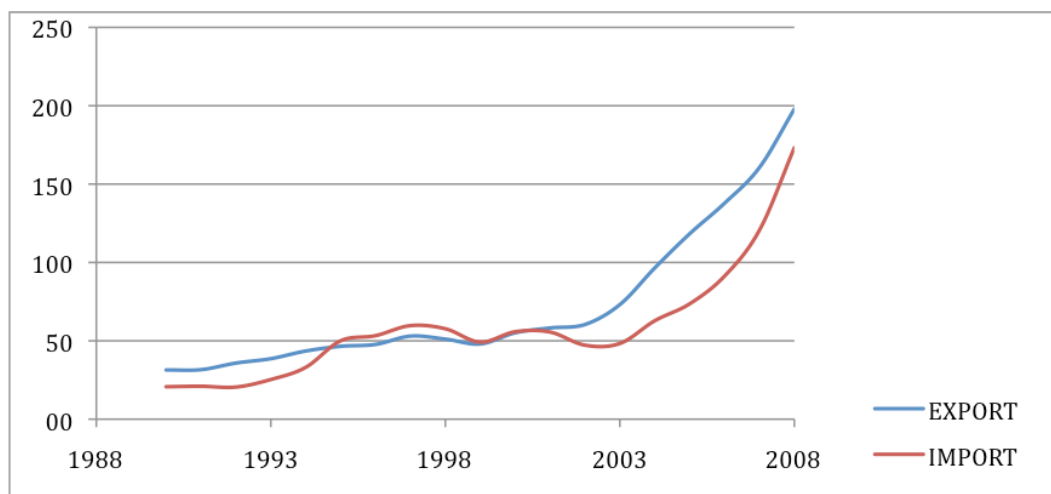
Itamar Franco assumiu a presidência do país em 1992, e junto com o Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, desenvolveu o Plano Real com a finalidade de controlar a inflação. O Plano era constituído por diferentes fases, e na última delas, em Junho de 1994, foi adotada a âncora cambial, o que colaborou para o aumento das importações.

Em 1993, passou a vigorar o Plano Real, a moeda foi apreciada, a demanda interna aquecida e a economia voltou a crescer. A política de abertura comercial adotada desde o início dos anos 90 começou a surtir efeito, e as importações passaram a aumentar significativamente. Com o aumento das importações, o saldo da balança comercial foi reduzido.

Durante os governos de Itamar e de FHC a balança comercial sofreu mudanças. Dentre outras questões, esses governos estavam focados na aceleração da abertura comercial, e na “fixação” da taxa de câmbio nominal. Com a valorização cambial que teve início em 1992, as importações passaram a crescer, enquanto as exportações tiveram um crescimento pequeno no mesmo período.

⁴ FERRARI, Fernando, DA SILVA, Gustavo Teixeira Ferreira, SCHATZMANN, Samira. “**Políticas comercial e cambial, vulnerabilidade externa e crescimento econômico: a experiência da economia brasileira a partir dos anos 1980**”

Gráfico 12: Exportações e Importações – em US\$ bilhões



Fonte: Tabela 07

Elaboração do autor

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso foi eleito Presidente da República. Como tentativa de reverter o quadro de superaquecimento da economia, incertezas geradas pela crise do México, e controlar a inflação, o governo tomou algumas medidas como restrição ao crédito e aumento de juros. Foi adotado ainda um regime de bandas cambiais com pequenas oscilações e o câmbio levemente desvalorizado. O governo tinha como desafio melhorar os saldos comerciais, num ambiente de incertezas e de redução de financiamentos externos, enquanto o câmbio apreciado levava a um aumento das importações.

Neste contexto, o Governo criou a CAMEX⁵ para coordenar as instituições na formulação das políticas comerciais externas, e adotou medidas de incentivo às exportações como redução de impostos e estímulo para financiamentos.

As importações cresciam, devido aos impactos positivos da valorização do câmbio e ao aumento da demanda, o que contribuía para o aumento do déficit comercial. Os déficits foram consecutivos, e a balança só se recuperou durante o segundo governo de FHC.

⁵ CAMEX é um órgão integrante do Conselho de Governo da Presidência da República e tem por objetivo a formulação, adoção, implementação e coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços, incluindo o turismo.

Sendo assim, o Plano Real foi positivo em relação ao controle inflacionário, porém teve reflexos negativos na balança comercial. O aumento do incentivo às importações, através da abertura comercial e da valorização cambial, em contraste com o ritmo lento das exportações, resultou na deterioração da balança comercial a partir de 1995.

Os resultados negativos da balança comercial, conjugados com o aumento do pagamento de juro, e das remessas de lucros e dividendos contribuíram para os sucessivos déficits na balança de pagamentos em transações correntes.

Tabela 08: Balanço de Pagamentos em Transações Correntes – em US\$ bilhões

Ano	Saldo	Ano	Saldo
1990	-3,8	2000	-24,2
1991	-1,4	2001	-23,2
1992	6,1	2002	-7,6
1993	-0,7	2003	4,2
1994	-1,8	2004	11,7
1995	-18,5	2005	14,0
1996	-23,5	2006	13,6
1997	-30,4	2007	1,5
1998	-33,4	2008	-28,3
1999	-25,3	-	-

Fonte: Banco Central do Brasil

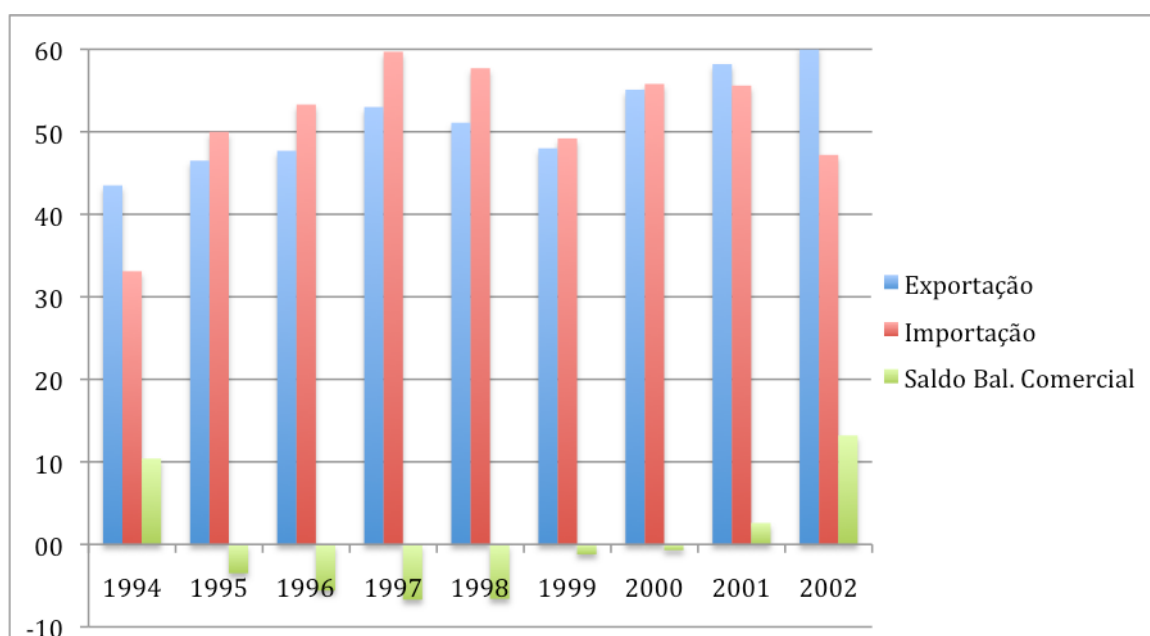
Elaboração: Fernando Ferrari Filho, Gustavo Teixeira Ferreira da Silva e Samira Schatzmann. **Políticas comercial e cambial, vulnerabilidade externa e crescimento econômico”**

Os elevados déficits externos que financiados pelo capital externo levaram a um aumento do passivo externo do país, e os juros reais internos somados a outras questões, levaram o país a perder a sua capacidade de endividamento, e no final do primeiro mandato de FHC, o país foi levado a negociar um empréstimo com o FMI.

Em 1999, dado a constante deterioração da balança comercial, o governo sentiu necessidade de mudar o regime cambial. O sistema de banda cambial foi substituído

pela taxa de câmbio flexível e foi adotado o sistema de metas de inflação. O regime de taxa de câmbio flexível permitia a desvalorização da moeda, o que colaborou para a recuperação da balança comercial. Apesar dos efeitos não terem sido imediatos, a partir de 1999 os déficits foram sendo paulatinamente reduzidos, e em 2001 o país já voltava a ter superávits comerciais.

Gráfico 13: Saldo da Balança Comercial de 1994 a 2002 – em US\$ bilhões



Fonte: SECEX

Elaboração do autor

Os anos de 2001 e 2002, foram de baixo crescimento no Brasil e no mundo, como reflexo da crise de energia brasileira, da crise cambial argentina, da turbulência nos mercados financeiros internacionais e dos atentados terroristas no EUA. A aversão internacional ao risco dos países emergentes, somada a estes acontecimentos e a dúvida sobre a sucessão presidencial, culminou numa crise, contribuindo para o desempenho ruim da economia brasileira em 2002.

A disputa eleitoral em 2002 e a posse do presidente Lula geraram muitas expectativas e incertezas sobre as políticas que seriam adotadas. O cenário era de retomada da inflação, dúvida sobre a capacidade de administrar a dívida pública e desvalorização cambial. O governo manteve políticas monetária e fiscal restritivas, o

que diminuiu a inflação mas também contribuiu para a contração da economia, que só não foi maior devido ao aumento das exportações.

A crise levou a uma desvalorização cambial, o que contribuiu para o aumento das exportações, e mesmo depois quando houve uma revalorização cambial, as exportações continuaram crescendo. O crescimento das exportações era reflexo: da recuperação de alguns mercados, que antes estavam em recessão como o EUA e a Argentina; da busca por novos mercados; e do aumento dos preços de commodities exportadas pelo Brasil. Como resultado do aumento das exportações, o saldo da balança comercial também aumentou significativamente.

A primeira medida política de comércio foi a criação do Apex- Brasil que tinha como intuito estimular políticas de exportação, principalmente as que beneficiassem pequenas empresas. O governo Lula também lançou em 2004, a PITCE - Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio que tinha como foco aumentar as exportações, e visava contribuir para o desenvolvimento e difusão de tecnologias. Em 2005, foi criado o ABDI – Serviço Social Autônomo Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial para promover políticas de desenvolvimento industrial de acordo com políticas de comércio exterior. Além disso, também foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, que também tinha como objetivo o desenvolvimento industrial do País. ⁶Em 2008, o governo lançou uma nova política industrial, a Política de Desenvolvimento Produtivo, com financiamentos e projetos tributários para estimular as exportações e o investimento.

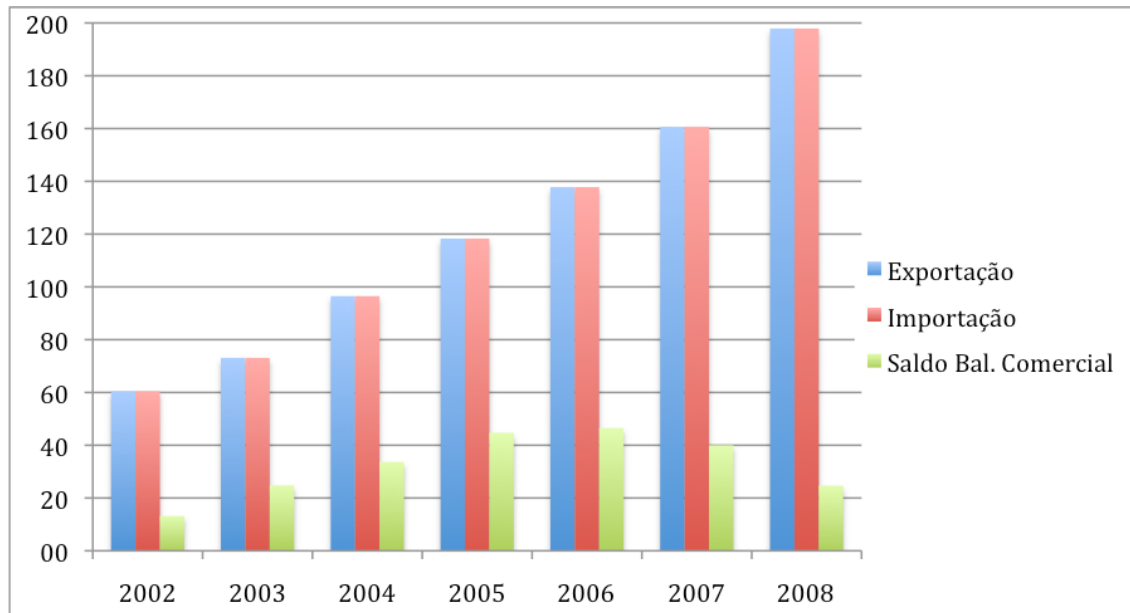
Ao focar sua política no desenvolvimento industrial e da tecnologia, o governo objetivava beneficiar as exportações. Além da criação de diversos órgãos citados acima, com o intuito de ampliar as exportações, o governo também tomou algumas medidas como apoio através de financiamento às exportações, redução de tributos e de burocracias. Para muitos, o número de diferentes órgãos com tarefas semelhantes, e que tratavam de temas relacionados, se mostrou uma ineficiência.

⁶ FERRARI, Fernando, DA SILVA, Gustavo Teixeira Ferreira, SCHATZMANN, Samira. **“Políticas comercial e cambial, vulnerabilidade externa e crescimento econômico: a experiência da economia brasileira a partir dos anos 1980”**

De maneira resumida, o primeiro governo Lula teve como característica o forte aumento das exportações, o que melhorou a balança comercial e contribuiu para o crescimento da economia. O aumento das exportações foi reflexo do crescimento do comércio mundial, e do aumento da demanda mundial por *commodities*. Também vale destacar a troca de regime cambial em 1999 que permitiu a depreciação cambial e a maior competitividade da indústria brasileira, que contribuíram para as exportações.

Apesar do aumento das exportações, havia uma tendência de mudança no perfil das mesmas, como a reprimarização e menor participação dos produtos manufaturados na pauta de exportações. As exportações apresentaram uma tendência de crescimento até 2006, quando a apreciação cambial passou a afetar negativamente as exportações. O efeito da apreciação é contrário nas importações, que seguiram tendência de crescimento. A combinação de aumento das importações com redução das exportações resultou na queda do saldo da balança comercial que seguia aumentando até 2006.

Gráfico 14: Saldo da Balança Comercial de 2002 a 2008 – em US\$ bilhões



Fonte: SECEX

Elaboração do autor

Portanto, as exportações seguiram aumentando desde o segundo governo de FHC, e tiveram esse crescimento intensificado no primeiro governo de Lula. A partir de 2006, a apreciação do câmbio e o crescimento da economia contribuíram para o significativo aumento das importações.

O aumento das exportações durante o período contribuiu para o aumento do grau de abertura da economia. Por um lado a apreciação cambial atingiu as exportações negativamente, mas também contribuiu para o aumento das importações. Com isso, o grau de abertura da economia variou pouco no período de 2002 a 2008, ficando a participação das exportações + importações no PIB entre 20 e 25%.

IV. A crise de 2008 e o reflexo nas políticas comerciais

IV.1 Breve análise da crise do *subprime*

Os bancos captam recursos através de depósitos e emprestam adiante. Apesar de ser uma atividade rentável, deixa a economia vulnerável, à medida que os bancos captam recursos de curto prazo, mas emprestam esses recursos a médio e longo prazo, mantendo apenas uma parte deste capital para ser resgatado. A fragilidade se revela, quando em algum cenário de estresse, os depositantes desconfiam que o banco não possa cumprir com todos os depósitos, e iniciam uma corrida bancária. Sendo assim, a corrida bancária se apresenta como uma falha estrutural e já foi capaz de gerar diversas crises.

A crise do *subprime* foi um dos temas com maior destaque no cenário mundial nos últimos anos. A crise financeira, que adveio de um desequilíbrio na economia norte americana, teve seu início em 2007 com perdas elevadas relacionadas ao financiamento de imóveis nos EUA e foi agravada a partir de 2008.

Em 2001 com os atentados terroristas e a queda da Nasdaq, os Estados Unidos passavam por um momento de recessão. Para reverter este quadro, o FED adotou medidas de política monetária expansionista com o intuito de incentivar o consumo e a produção. O FED emitiu mais moeda, e também diminuiu a taxa de juros, o que facilitou o crédito no país.

A profusão de crédito e as facilidades nos financiamentos tornaram a aquisição da casa própria uma realidade para os americanos, e incentivaram parte da população que já possuía um imóvel, a fazer hipotecas para contrair novos empréstimos. A alta liquidez ao gerar um aumento na demanda, causou uma forte valorização dos ativos imobiliários. Os empréstimos passaram a ser concedidos para compradores com cada vez menor capacidade de pagamento e com colaterais cada vez piores. Na maior parte das vezes, as hipotecas dos imóveis eram dadas como garantia. As instituições financeiras emitiam os títulos *subprime* atrelados ao valor dos imóveis.

Porém, o cenário com crédito facilitado não permaneceu por muito tempo. Com isso, o pagamento dos imóveis foi dificultado e a demanda caiu bruscamente. Quando a bolha estorou, o preço das casas que até então estava em trajetória ascendente, começou a declinar. As hipotecas passaram a valer mais do que as próprias casas o que fez com que o nível de inadimplência estourasse.

O preço dos títulos *subprime* que estava atrelado ao preço dos imóveis também despencou. Muitas instituições possuíam esses títulos e tiveram perdas significativas. Neste cenário de desconfiança e incerteza, houve uma corrida bancária gerando problemas de solvência e falência de muitas instituições financeiras e empresas. Os bancos passaram a ter necessidade de vender ativos para rolar suas dívidas, e como várias instituições financeiras estavam vivendo a mesma situação, a venda em massa de ativos gerou um excesso de oferta e queda nos preços. A redução brusca dos preços reduziu o patrimônio da economia como um todo, e como o mercado americano está conectado com o mundo todo, a crise logo se espalhou.

Em um primeiro momento a atuação do FED e dos demais Bancos Centrais ao injetar liquidez nos mercados foi essencial para conter a crise, porém, dado o número de instituições financeiras que estavam envolvidas, a saúde financeira de todo o sistema ficou em risco.

A crise do *subprime* passou por diversas fases. Em 2007, quando a crise começava a se desenhar, o FED acreditava que as consequências seriam limitadas e não afetariam o resto do sistema financeiro. Pouco tempo depois, o FED já se mostrava preocupado com as repercussões, e os investidores estrangeiros reagiram desfazendo suas posições em créditos hipotecários. A Inglaterra vivenciou uma corrida bancária no Northern Rock, e apesar dos Bancos Centrais intervirem injetando liquidez na economia, a crise continuava a se desenhar.

No início de 2008 o Bear Stearns, grande banco de investimentos americano esteve próximo da falência. O FED intercedeu através de um crédito para o JP Morgan Chase para a aquisição do banco em questão. Em Julho foi a vez das agências privadas: Freddie Mac e Fannie Mae, que juntas administravam carteiras de ativos que representavam quase a metade do total do mercado de hipotecas nos EUA, enfrentarem

problemas de liquidez. O governo americano assumiu o controle tanto de ambas as instituições.

Em Setembro a crise foi agravada, o Lehman Brothers que enfrentava adversidades, não conseguiu apoio financeiro do governo e pediu concordata, o que espalhou o pânico nos mercados internacionais.

Logo em seguida foi a vez da AIG, maior seguradora dos EUA enfrentar problemas de liquidez. Diante das consequências que a quebra da AIG poderia trazer para o mercado americano e global, o FED resolveu mais uma vez intervir e assumiu quase 80% do controle da companhia de seguros.

Perante as proporções sistêmicas que a crise estava tomando o Tesouro Americano montou pacotes para compra dos ativos imobiliários sem liquidez dos bancos, numa tentativa de tranquilizar o sistema financeiro, os efeitos não foram como esperados e os mercados voltaram a passar por turbulências ainda em 2008.

IV.2 Efeitos da crise de 2008 na regulação do comércio internacional

A crise de 2008 impactou diretamente na regulação do comércio internacional, a medida que contribuiu para a paralisação da rodada Doha, e incentivou acordos preferenciais.

A crise do *subprime* levou a desintegração do Sistema Multilateral de Comércio, o que gerou dificuldades para a regulação do comércio. A Rodada Doha teve início em 2001 e desde 2008 está paralisada, o que gera um impasse na OMC, e estimula a proliferação de acordos preferenciais.

Em 1947 com a criação do GATT, do FMI e Banco Mundial, foi criada a primeira referência em regulação comercial. Em 1995 o sistema sofreu uma transformação, e o GAAT foi substituído pela OMC, que regulamenta o comércio, estrutura as negociações multilaterais através de rodadas, formaliza acordos comerciais e também tem como um dos objetivos contribuir para a resolução de conflitos.

A evolução do sistema de comércio pode ser medida pelo número de países membros da OMC, que hoje soma mais de 150 países, e a diversidade dos temas tratados, que atualmente vai além da redução das barreiras de comércio. A OMC possui um tribunal que objetiva resolver disputas de comércio, e solucionar diferenças existentes no sistema multilateral.

Em 2001, após os ataques terroristas nos EUA e o receio do desencadeamento de uma crise mundial, a OMC lançou a Rodada Doha. Em 2008, após anos de debate, alguns impasses paralisaram essa rodada de negociações. Alguns foram os motivos que causaram tamanho impasse. Os EUA já não estavam muito empenhados na liberalização do comércio agrícola. Com a crise de 2008 o país passou a enfrentar uma forte recessão e demandar empenhos das economias emergentes para finalizar a rodada. Já a União Europeia passou por uma reforma agrícola em 2003 e também perdeu grande parte da disposição para finalizar a rodada. Paralelamente, as economias emergentes formaram o G20 e o Nafta-11, ambos com o foco nas negociações do setor agrícola. Com isso constituiu-se um confronto entre os EUA que demandavam a redução das tarifas e os países emergentes que resistiam em abrir seus mercados.

O que também justifica o impasse da rodada Doha, é a mudança nos processos de decisão da OMC. Anteriormente este processo tinha como foco principal os EUA, UE, Japão e Canadá e com a ascensão das economias emergentes foi modificado, incluindo Brasil, Índia e China no foco, o que tornou o processo mais complicado. Outra razão para o insucesso da rodada pode ser a falta de influência dos países que tem interesse na conclusão. Por fim, a proliferação de acordos preferenciais, abalam o multilateralismo e geram regimes distintos o que também dificulta a conclusão da rodada.

Como já mencionado anteriormente, o impasse da OMC com a paralisação da Rodada Doha, e os efeitos da crise do *subprime* foram incentivos para o aumento de acordos preferenciais. A proliferação desses acordos gera um aumento de novos marcos regulatórios, aumentando as chances de conflito entre as novas regras e as regras da OMC e possivelmente aumentando os custos de transação do comércio.

A OMC estima que o número de acordos preferenciais seja próximo a 500, e cada vez envolvem temas mais diversificados e criam regras próprias para temas não

abordados pela OMC. Devido as regras diferentes, os conflitos aumentam, criando barreiras ao comércio.

Dentre os acordos preferenciais de comércio vale destacar o TPP (Acordo Trans Pacífico de cooperação) e o TPA. Formado a partir do interesse dos EUA na região asiática, o TPP tem como prioridade a liberalização do comércio no Pacífico. Já o TPA nasceu da ligação de duas potências, EUA e União Europeia com interesse de criar uma região de livre comércio.

Esses acordos fragmentam o marco regulatório e criam novas regras para o comércio. Além do aumento dos custos de transação no comércio internacional, essas novas regras não combinadas podem gerar conflitos profundos entre os países.

IV.3 Análise das políticas comerciais no período pós crise

No quarto trimestre de 2008 com a crise internacional, o comércio exterior brasileiro que vinha de um momento de expansão, sofreu uma redução brusca. Em 2009, as quedas nos fluxos de importação e exportação foram significantes chegando a 26,2% e 22,7% respectivamente. Como resposta a redução dos fluxos comerciais, e a redução do saldo da balança comercial, o governo buscou medidas para suavizar os efeitos da crise no país.

A crise logo atingiu as exportações em várias frentes, através do encarecimento do crédito, diminuição da demanda mundial, diminuição dos preços, principalmente das commodities, e maior concorrência entre os exportadores para “desovar” seus produtos.

Dentre as medidas tomadas destacam-se políticas para combater a redução de crédito, os problemas de solvência de algumas instituições financeiras, e a perda de competitividade dos produtos nacionais devido a apreciação do câmbio. Nesse sentido, foram adotadas medidas para facilitar o comércio, melhorar o financiamento às exportações, reduzir os custos das exportações e políticas de proteção as importações.

A crise do *subprime* encareceu e diminuiu o crédito disponível, o que restringiu as exportações, apesar das concessões de operações de adiantamento de contratos de cambio (ACC) e os para financiamento às exportações pelo BNDES indicarem terem sido reduzidos apenas no início de 2009, quando já havia uma redução da demanda mundial por exportações.

A Câmara de Comércio Exterior buscou medidas que melhorassem o acesso ao crédito e assim contribuíssem para as exportações. Dentre as medidas tomadas pós crise para estimular o financiamento às exportações destacamos: redução de custo de algumas linhas de credito, extensão do vencimento de empréstimos, redução da burocracia para financiamentos, extensão do Programa de Financiamento às Exportações para empresas não enquadradas anteriormente, dentre outras.

Mesmo antes da crise algumas medidas para reduzir os tributos durante a produção de bens voltados para a exportação já estavam sendo desenvolvidas, e com a eclosão da crise essas medidas foram logo tomadas. A mais importante e que já vinha sendo discutida há muito tempo foi o drawback verde-amarelo, uma extensão do drawback que inclui a suspensão de impostos para mercadorias nacionais que forem usadas em produtos que serão exportados. Com isso o custo de produção é reduzido e fornecimento de insumos nacionais estimulado, contribuindo para a produção nacional. Outras iniciativas como o uso do drawback para produtos agropecuários, aceleração de compensação de créditos tributários, e algumas medidas que visavam facilitar o drawback foram anunciadas.

Porém nem todas essas medidas foram colocadas em prática. Além disso, o *drawback* verde-amarelo exigia procedimentos complexos para que se garantisse o benefício, o que dificultou sua utilização pelas empresas. As empresas também tinham dificuldades na restituição dos impostos.

A crise também levantou questões sobre a concorrência com produtos importados e proteção da indústria nacional. Apesar do discurso do Governo contra o protecionismo, foram tomadas algumas iniciativas nesse sentido. Dentre algumas medidas protecionistas destacamos o licenciamento não automático adotado pelo governo no início de 2009. Com isso, passou a ser necessário o licenciamento prévio

das importações de vários setores. Como essa iniciativa teve uma reação negativa do setor produtivo que precisava de agilidade ao importar insumos, ela foi abolida em pouquíssimo tempo. Outra iniciativa para proteger o mercado nacional foi o aumento das tarifas de importação para produtos siderúrgicos em meados de 2009. Com essa medida o governo desejava conter o crescimento de importações desses produtos, especialmente da China que adotava políticas para estimular sua exportação.

Mesmo antes da crise de 2008, já havia um programa da Câmara de Comércio Exterior que visava facilitar o comércio, reduzindo os custos e as burocracias. Com o desenvolvimento da crise foi necessário reforçar esse programa de facilitação do comércio. Dentre as medidas deste programa destacamos algumas como: “revisão de anuências, licenças e outros procedimentos de comércio exterior, visando reduzir duplicidades e eliminar procedimentos desnecessários; ampliação do uso de ferramentas de análise de risco e gestão do comércio exterior pela Aduana e demais órgãos intervenientes; harmonização e regionalização da atuação dos diferentes órgãos governamentais em portos, aeroportos e áreas de fronteira; reavaliação das necessidades de mão de obra em cada unidade aduaneira para compatibilizar a alocação de recursos com as necessidades ditadas pelo fluxo de comércio; a ampliação do uso de documentos eletrônicos e relatórios gerenciais, visando agilizar os tramites e aperfeiçoar a gestão de licenças e anuências”⁷

Ao longo de 2010 e 2011 o governo também lançou o Pacote a Competitividade, para auxiliar as exportações brasileiras dado que o real estava valorizado, e o Plano Brasil Maior, como objetivo estimular a produção e os investimentos.

Portanto, as medidas pós crise estiveram focadas em incentivar as exportações, através da redução os custos de financiamento, custos burocráticos e custos de produção. Também puderam ser vistos alguns episódios de protecionismo mas não muito relevantes.

⁷ ROSAR, Soraya Saavedra, et al. “A política comercial brasileira no pós-crise”. CNI Integração Internacional, Ano 2, Numero 2 - Dezembro 2009

V. Conclusão

Após a análise histórica e teórica das políticas comerciais adotadas nos períodos antes e após a crise de 2008, é possível concluir qual foi o impacto da crise no perfil do comércio exterior brasileiro e os reflexos na política comercial adotada.

A crise teve fortes impactos no comércio mundial, e para o Brasil não foi diferente. As exportações brasileiras caíram 22,7% em 2009, e as importações 26,2%. Também se verificou uma redução do PIB, e redução do grau de abertura da economia.

Apesar das exportações terem sido reduzidas como reflexo da crise, o volume exportado foi logo retomado nos anos que se sucederam. Porém, essa recuperação não se deu de forma uniforme, houve um redirecionamento das exportações. Dado que economias como o EUA e União Européia sofreram mais com a crise, as exportações para estes mercados não foram totalmente retomadas, e houve um aumento substancial das exportações para a China e resto da Ásia. Esse redirecionamento já vinha sendo desenhado mesmo no período pré crise, mas após 2008 foi claramente intensificado.

As alterações nos destinos das exportações implicaram em mudanças na pauta de comércio exterior brasileira. A pauta de exportações sofreu alterações relevantes. O que se constata é que mesmo antes da crise já existia uma tendência de aumento da exportação de produtos primários e redução de exportação de manufaturados. Após a crise porém, é possível notar um aprofundamento desta tendência.

O aumento da exportação de produtos primários e a redução da exportação de produtos manufaturados é explicada pela redução dos EUA e União Européia como destino das exportações, já que essas economias passavam por recessões mais profundas, passaram a demandar menos e são importadores de manufaturados brasileiros. A tendência também é explicada pela maior participação da China e resto da Ásia, como destino dos produtos brasileiros. Esses mercados demandam mais produtos primários, o que contribuiu para a reprimarização.

Já o perfil das importações brasileiras se manteve muito semelhante quando comparamos os anos de 2005 e 2011, pré e pós crise respectivamente.

Quando analisamos a política comercial adotada desde a liberalização comercial nos anos 90, vemos que esta teve diferentes prioridades ao longo dos anos e dos diferentes governos.

A crise de 2008 ocorreu durante o Governo Lula, que assumiu a presidência do Brasil de Jan/2003 a Dez/2011. Os anos que antecederam a posse de Lula foram de baixo crescimento no Brasil e no mundo, e o cenário brasileiro era de retomada da inflação e desvalorização cambial. Com isso, foram mantidas políticas monetária e fiscal restritivas, o que comprometeu o crescimento da economia.

Dado o crescimento baixo brasileiro, o Governo adotou políticas que estimulassem as exportações. Para tal, tomou medidas como financiamento às exportações, redução de tributos e de burocracias. Também com o intuito de incentivar as exportações foram criados vários órgãos como o Apex- Brasil, o PITCE e o ABDI, mas com eficiência questionável dado que possuíam tarefas semelhantes.

A crise de 2008 atingiu as exportações brasileiras em algumas frentes: houve uma contração da demanda mundial dado que a maioria das economias vivia momentos de recessão, encarecimento do crédito e queda dos preços. Em resposta aos efeitos quase imediatos da crise, e como tentativa de suavizar seus impactos o governo brasileiro adotou algumas medidas.

Visando aumentar a competitividade dos produtos nacionais no comércio mundial, o governo brasileiro colocou em prática algumas medidas que reduziam os tributos sobre os produtos. Algumas dessas medidas já estavam sendo desenvolvidas mesmo antes da crise, mas a partir de sua eclosão foram colocadas em prática. Como forma de suavizar a constrição de crédito por parte das instituições financeiras no pós crise, o governo passou a facilitar o financiamento às exportações, reduzindo os custos e a burocracia para tal. Apesar do governo fazer discursos contra o protecionismo, algumas medidas protecionistas foram adotadas, mas de fato nada muito relevante.

Portanto, podemos concluir que houve um aprofundamento das medidas de política comercial que já vinham sendo adotadas e desenvolvidas no governo Lula, mas não houve mudanças significativas. O estímulo as exportações continuou sendo a prioridade do governo que no pós crise passou a incentivar ainda mais as exportações.

Sendo assim, as mudanças identificadas anteriormente na pauta de exportação brasileiras são basicamente efeito de como as economias foram afetadas pela crise. A conjuntura mundial no pós crise foi bastante modificada, a medida que algumas economias foram mais afetadas, outras menos e os países passaram a demandar mais ou menos produtos. As alterações quanto aos destinos e tipos de produtos exportados no pós crise são consequência das mudanças na demanda mundial muito mais do que mudanças nas políticas comerciais adotadas pelo Brasil. Portanto, conclui-se que as necessidades mundiais foram redefinidas no período pós crise, e com isso os fluxos comerciais também foram redesenhados e redirecionados.

VI. Fontes de Dados

1) OMC – Organização Mundial do Comércio

<http://www.wto.org>

2) IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<http://www.ibge.gov.br>

3) SECEX – Secretaria do Comércio Exterior

<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=1&menu=1695>

4) FMI – Fundo Monetário Internacional

<http://www.imf.org>

5) FUNCEX – Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior

<http://www.funcex.org.br>

6) BACEN – Banco Central do Brasil

<http://www.bc.gov.br>

VII. Referências Bibliográficas

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice, MELITX, Marc. **“International Economics Theory and Poliy 9th edition”**

SARQUIS, José Buainain. **“Comércio Internacional e Crescimento Econômico no Brasil”**

ABREU, Marcelo de Paiva. **“Política Comercial Brasileira: Limites e Oportunidades”**

THORSTENSEN, Vera. **“Impactos da crise econômica e financeira na regulação do comércio internacional”**

THORSTENSEN, Vera; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. **“Multilateralismo Comercial em xeque: que regulação do comércio internacional no século XXI?”**

MAIOR, Luiz A. P. Souto. **“A crise do multilateralismo econômico e o Brasil”**

MARCONI, Nelson. **“O desempenho do comércio exterior brasileiro no período pós-crise”**

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. **“As negociações comerciais do Brasil: uma estratégia em três trilhos”**

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. **“Política Comercial e Política Externa no Brasil: uma análise da estratégia de negociação comercial brasileira (1995-2010)”**

FERRARI, Fernando; DA SILVA, Gustavo Teixeira Ferreira; SCHATZMANN, Samira. **“Políticas comercial e cambial, vulnerabilidade externa e crescimento econômico: a experiência da economia brasileira a partir dos anos 1980”**

CORAZZA, Gentil. **“O Brasil e as Relações Financeiras Internacionais – uma análise comparativa entre o Plano de Metas, o II PND e o Plano Real”**

ROSAR, Soraya Saavedra, et al. **“A política comercial brasileira no pós-crise”**. CNI Integração Internacional, Ano 2, Numero 2 - Dezembro 2009

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. **“Comércio Internacional e protecionismo em tempos de crise”**

SALAMA, Pierre. **“Argentina, Brasil e México diante da crise internacional”**

JÚNIOR, Gilberto Rodrigues Borça; FILHO, Ernani Teixeira Torres. **“Analisando a Crise do *Subprime*”**. Revista do BNDES – Dezembro 2008

PEREIRA, Lia Valls. **“Política comercial em tempos de crise e o tema das competitividades das exportações brasileiras”**

HURRELL, Andrew et al. **“Boletim de Economia e Política Internacional 2013”**

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado, et al. **“Boletim de Economia e Política Internacional 2012”**

RIOS, Sandra Polônia et al. **“O Brasil, o multilateralismo comercial e a OMC: uma perspectiva de médio prazo”**

“World Trade Organization International Trade Statistics 2012”

“World Trade Organization International Trade Statistics 2011”